

SOCIOLOGIA NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: NOVOS DESAFIOS AO DESAFIO NOVO.

RESUMO

Há poucos anos a obrigatoriedade do ensino de sociologia no ensino médio pressionou a adequação das escolas a construção de um novo currículo. A partir de observações e entrevistas feitas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- Campus Juazeiro do Norte (IFCE)- uma das unidades de Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFTE), discutimos a eficácia e defasagens do ensino de sociologia e os possíveis problemas que estes podem gerar caso não observado neste período de adequação ao ensino médio. A análise direcionou-se ao ensino profissionalizante nível médio modalidade educação de jovens e adultos do curso de mecânica industrial, considerando que este também corresponde ao nível médio da educação básica, mas possui necessidade ainda mais específicas e que dificilmente são discutidas e/ou analisadas.

Palavras-chave: ensino profissionalizante nível médio; sociologia; educação jovens e adultos.

1. INTRODUÇÃO

E Há poucos anos a obrigatoriedade do ensino de sociologia no ensino médio pressionou a adequação das escolas a construção de um novo currículo. Professores preparados, livros condizentes ao nível compreensivos destes alunos, sociedade descrente do alcance e necessidade deste tipo de ensino são alguns dos pontos que dificultam o bom desenvolvimento da sociologia para os mais jovens.

Buscamos aqui discutir a sociologia voltada para a educação de jovens e adultos, nível médio e sua aplicação a partir de observações feitas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- Campus Juazeiro do Norte (IFCE)- uma das unidades de Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFTE). Este campus oferece a modalidade de ensino no curso profissionalizante de mecânica industrial. Nossa proposta é buscar ampliar o debate de didáticas e metodologias na área de sociologia próprias para este ensino. Acreditamos que esta discussão é propícia devido à obrigatoriedade ser recente e ainda estar sob formatação e vigilância de todos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Lei de diretrizes e bases, antes de 2008 o ensino de filosofia e sociologia no ensino médio se resumia a garantir o domínio destes conhecimentos para a formação cidadã. A partir de 2008 o artigo correspondente é revogado pela Lei 11.684 que inclui o ensino de sociologia e filosofia no ensino médio. No entanto, há uma grande discussão com relação quantidade de aulas e sobre a produtividade deste. Se a lei fosse cumprida como está escrita, o domínio dos conhecimentos exigidos anteriormente poderiam ser suficientes para a obtenção dos objetivos da educação que o Estado defende. A inclusão do ensino destas ciências não exige somente a apresentação de conhecimentos básicos, mas a discussão e desenvolvimento dos conceitos e dos estudos abordados por estas ciências. No entanto, como é possível garantir esse desenvolvimento em aulas de cinquenta minutos semanais? Com a obrigatoriedade, compreendemos que nada mais ocorreu do que uma fragmentação maior do ensino, na medida em que o conhecimento de noções básicas que deveriam ser citados em todas as outras disciplinas atendendo a busca pela transdisciplinaridade, passou agora a ser responsabilidade dos cinquenta minutos semanais.

O ensino de sociologia tem como proposta norteadora para construção do currículo, as Orientações curriculares nacionais (OCN's). Essas orientações diferentemente dos parâmetros, como afirma TOMAZI (2007) em entrevista a revista Cronos, afirma que as OCN's são documentos que tem o objetivo de ser "um guia aberto onde o professor de sociologia no ensino médio pudesse ler e se encontrar como sujeito de seu trabalho e que não enquadrasse numa estrutura pré-formada". (TOMAZI, 2007). São propostas formas de articulação do conteúdo e de abordagem que o professor adequa de acordo com a localidade. No entanto, cabe aqui tecer algumas ponderações. É preciso pensar que há localidades no país que não possuem professores formados suficientes para suprir a demanda, ficando então sob responsabilidade de professores que não são da área elaborarem o plano de curso. Outro ponto a se considerar são os livros produzidos para este ensino. Apesar de poucos, com a obrigatoriedade do ensino na educação básica há uma tendência que este material seja produzido em maior número. A adoção de livro, em sua maioria, não é adequada a realidade local, ou seja, os conteúdos do livro por vezes são distante das realidades enfrentadas, se distanciando assim de uma das propostas das orientações com relação a aproximação com contexto local.

Apesar de parecer somente que houve uma mudança no nome, deixando de ser parâmetro para aderir à orientação, as OCN's possuem diferenciais de discussão. As OCN's se apresentam muito mais didáticas, com vocábulos próximos também de professores que não estão mais na academia ou que nunca estiveram nela, enquanto os PCN's apresentam fundamentações acadêmicas que dificultam a compreensão para quem nunca teve acesso a determinadas leituras. Os PCN's apresentam fundamentação teórica para apresentar os princípios norteadores das disciplinas, já as OCN's são mais diretas neste

ponto, apresentando sugestões de práticas do ensino e permitindo que se desenvolvam, como o desenvolvimentos das discussões de parâmetros mais próximos das realidades locais.

Outro ponto de discussão que precisa se desenvolver entre os sociólogos diz respeito à educação de jovens e adultos, especial e técnica nível médio que atendem as exigência implantadas pela Lei de Diretrizes e Bases, mas que necessitam de adaptações na forma da abordagem do ensino. Se há discussões em âmbito nacional, ainda são insignificantes. No entanto, é preciso considerar que o ensino desta ciência, mesmo que não se discuta proposta, esta sendo ofertado em diversos cursos. É caso da instituição aqui estudada. Educação de jovens e adultos em uma escola que levanta a bandeira do desenvolvimento tecnológico ofertando disciplina de humanização sem o mínimo de capacitação dos profissionais e discussão sobre as orientações para este ensino. Cremos que assim como os demais documentos, as OCN's também sirvam como guia para este tipo de educação, mas ainda se faz necessário discussões sobre metodologia, abordagem dos conteúdos e considerações locais.

FERREIRA et al(200_) ao citar Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005 apud FERREIRA, 20_) aponta a importância de ressaltar a aproximação da EJA às instituições federais de educação tecnológica dada a partir de 1995. Essa motivação teria se dado com a implementação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR ou PNQ).

organizações não-governamentais, empresas e sindicatos passaram a oferecer programas de EJA. Esses programas enfrentaram o problema da certificação dos alunos, levando-os a procurarem instituições públicas com autonomia para realizá-la, independentemente dos exames supletivos oferecidos pelos sistemas estaduais de ensino. Em razão da sua natureza jurídica de autarquia, foram predominantemente as Escolas Técnicas Federais e os CEFETs que assumiram essa função. Algumas dessas instituições aproveitaram a oportunidade para se aproximarem da política de educação de jovens e adultos e para ampliar o atendimento da educação profissional para trabalhadores já inseridos na População Economicamente Ativa (PEA), com recursos do PLANFOR. Outras, aliadas ou não à primeira perspectiva, valeram-se dessa relação para captar recursos das organizações, cobrando pelo acompanhamento pedagógico do projeto e/ou pela aplicação de provas aos estudantes. Em ambos os casos, essa relação provocou contradições no interior das instituições federais, entre elas a resistência de parte de suas comunidades, opondo-se à ampliação de sua função social numa perspectiva mais democrática. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, apud FERREIRA et al, 200_).

Apesar de parecer contraditório, uma EJA – que surgiu como resposta a compreensão da nossa sociedade de uma democracia que busca igualdade entre todos e formação de sujeitos capazes de produzir conhecimento- em contraponto a uma escola que busca formar indivíduos preparados para o mercado de trabalho, deve-se ponderar que esta é a cobrança que se faz a toda instituição escolar: preparar para o mercado de trabalho, bem como permitir um desenvolvimento do pensamento crítico. Não estamos afirmando ser ou não contraditório, mas se o for assim também é toda a concepção construída sobre o papel da escola na sociedade e a crença que se tem na possibilidade de atender a todos esses ideais.

Sobre os professores recai a responsabilidade de construir os planos de curso para o ensino médio em meio a toda essa gama de princípios que algumas escolas acreditam serem capazes de corresponder. Não que desconfiemos das capacidades destes professores, mas atingir este objetivo não é fácil considerando a carga horária destinada, o estereótipo criado sobre a disciplina, pouca acessibilidade a materiais novos e discussão reduzida ao campo acadêmico

3. METODOLOGIA

Os seis meses de pesquisa foram dedicados a observação em sala de aula de disciplinas de sociologia, análise de leis e projetos da instituição, revisão bibliográfica e entrevista com alunos e professor. Foram acompanhadas as turmas de segundo e terceiro semestre do ensino técnico integrado ao médio, modalidade Educação para Jovens e Adultos. Como a disciplina era (a grade curricular está passando por processo de adaptação, tendo em vista o pouco tempo de curso na instituição), de apenas dois semestres, o professor optou por montar plano da disciplina voltado para conteúdos mais próximos dos alunos como movimentos sociais e trabalho.

O principal documento observado foi o Plano de desenvolvimento Institucional. Nele é possível encontrar todos os direcionamentos da escola e os projetos a serem realizados. Além disso, foram feitas observações do atendimento a esta modalidade educacional e a compreensão dos alunos sobre o objetivo deste ensino.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O Fundamentado no decreto 5.840 de 13 de julho de 2006, que institui o programa de educação para jovens e adultos (PROEJA) - essa instituição passou a ofertar em 2007 o Ensino Técnico de Mecânica industrial integrado ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. No site do Ministério da Educação (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=562) (MEC) é possível encontrar documentos para downloads com as chamadas públicas e convênios estabelecidos pelo PROEJA. Com base nestes documentos analisamos algumas situações apresentadas na instituição. Segundo chamada pública de formação do PROEJA 01/2008, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) liberou recurso de cem reais por aluno carente. Estes deveriam ser destinados a pagamento de transporte, alimentação e reprodução de material. No entanto, ao serem questionados, os alunos da instituição confirmaram o direito, mas observaram não estarem recebendo o valor. Muitos deles acreditam que receberão retroativos e outros pensam em desistir por não terem mais condição de subsidiar os gastos sem a ajudar que lhes é de direito.

Ainda de acordo com documento do site do MEC, deveria haver capacitação de professores. Não podemos afirmar que o IFCE tenha recebido a verba ou que não tenha capacitado os primeiros profissionais, pois nossa observação se dava somente durante o acompanhamento das disciplinas de Sociologia e Filosofia. Com base nesta, podemos afirmar que não são todos os professores que estão capacitados para ensinar nesta modalidade. Ao iniciarmos a pesquisa, um das primeiras considerações ponderadas pelo professor que acompanhou o estágio foi a respeito da sua pouca experiência com esta modalidade de ensino, justificando estar se adaptando aos poucos.

Quanto à carga horária deste ensino, o governo federal, de acordo com a lei (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm), determina para educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos a carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, sendo mil duzentas destinadas a formação geral. A esta formação geral se refere às disciplinas do ensino médio. Com a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia, estas também passam a ser ofertados nas demais modalidades de nível médio. Importa-nos aqui destacar que há grandes discussões a respeito do ensino destas disciplinas no ensino médio e não é incomum encontramos textos ou encontros que retomem este tema. No entanto, pouco se considera que o ensino de Sociologia não está se limitando ao ensino superior e médio convencional. A educação para jovens e adultos é exemplo disto. Por ser considerada ensino de nível médio absorve todas as obrigatoriedades para este ensino. No entanto, há adaptações que devem ser feitas, mas que comumente não são pensadas. Enquanto isso, o ensino se mantém muitas vezes dependendo do professor se adequar, por não haver suporte didático e preparação dos mesmos para lidar com este tipo de ensino.

Destinado a Educação de Jovens e Adultos há no Plano de Desenvolvimento Institucional da escola apenas referências sobre a implantação da mesma. Além das leis que revogam e garante este direito estarem citadas, não nada mais que isto. No capítulo a que se dedica o ensino médio, não é citado a modalidade EJA. A partir disso já é possível notar que não há muito preocupação com este tipo de ensino, tendo em vista que nem mesmo o plano que organiza a escola de modo mais geral define corretamente o propósito do curso.

No tocante à área de humanas e ao ensino de Sociologia, estes são ofertados em todos os cursos de maneira mais “enxuta”, tratados como complementar às disciplinas voltadas mais diretamente a área tecnológica. Segundo o professor da disciplina, há grupos de professores da área de exatas que discutem a construção de uma serie de coisas para a própria escola e palestras voltadas para a formação destes professores, diferentemente daqueles que se dedicam a área de humanas.

Quanto à matriz curricular, as disciplinas de Sociologia e Filosofia deveriam ser ofertadas nos segundos, quartos e sextos bimestre, mas o acompanhamento foi feito no segundo e terceiro bimestre os quais ofertavam duas aulas de Sociologia e uma aula de cada disciplina respectivamente, por semana. Já demonstra assim um não cumprimento de proposta, havendo alterações não registradas. Ao ser questionado sobre o plano da disciplina, o professor justificou estar em período de adaptação do curso e por hora quem define é o próprio professor, tendo optado por trabalhar questões como movimentos sociais e trabalho. Sobre os planos de aulas este afirmou não preparar.

Segundo relatos do professor, os conteúdos focam no tema trabalho e movimentos sociais por serem temas mais próximos a realidade de seus alunos. Os alunos confirmam em resposta a questionário aplicado. No entanto, no que diz respeito ao tempo que a disciplina deve ser ofertada, professores e alunos discordam: para o professor deveria ser ofertado em todos os semestres para que auxiliasse na formação cidadã, mas para o aluno, um semestre de ensino já é suficiente. Isto demonstra que os alunos acreditam que não haja importância o ensino de Sociologia. Muitos deles afirmaram não compreender o que o ensino de Sociologia teria a ver com o curso que estão se propondo a fazer, já que não vão trabalhar com pessoas.

Sobre a metodologia adotada, o professor ainda se detém a aulas expositivas, apresentações sem acompanhamento de recursos didáticos e filmes para promover o debate. O material didático é selecionado pelo professor que monta apostila para estes alunos. Os textos vistos eram de um único livro e tratavam tão somente do conceito de trabalho.

Os alunos nunca liam os textos utilizando de muitas justificativas, confiando na amizade que possuem com o professor; as principais justificam falta de tempo e cópia ruim de ler. Devido ao não acompanhamento da leitura, as atividades eram feitas com menos compromisso e executar as atividades propostas quase nunca era possível, já que era preciso dedicar tempo a leitura em sala de aula. Os filmes pouco compreendidos e trabalhos entregues sem compromisso. No entanto, não estamos buscando culpados entre alunos e professores, nossa preocupação é expor a realidade observada destas turmas. A análise de aplicação do conhecimento se dava a partir das atividades que acompanhavam o capítulo xerocopiado de um livro específico. Na avaliação da disciplina eram cobrados trabalhos a serem apresentados em equipes ou construindo individualmente.

Durante as aulas, houve muitos momentos em que a discussão se voltou para explanações sobre o atual governo federal e o antigo. Claramente, aos olhos de um cientista social, era feita uma defesa do atual governo e como contraponto uma critica sutil, na maioria das vezes, ao governo de oposição. Vale ressaltar que durante a execução deste estágio o país se encontrava em período de eleição para presidente onde candidatos dos partidos da situação e oposição disputavam acirradamente. O professor, que é integrante do partido da situação, por diversas vezes fez campanhas a favor do seu partido. Em alguns momentos, aproveitando o espaço que muitas vezes nos foi dado para intervenção, buscamos esclarecer para a turma algumas informações que precisam melhor ser observadas. Não tivemos em nenhum momento a pretensão de discutir e repreender o professor diante dos seus alunos, compreendendo ser antiética tal atitude, mas em oportunidades de debate buscamos responder sutilmente o que fora perguntado sem apoiar a continuidade da discussão que se tornara campanha eleitoral.

Apesar de o conteúdo abordado em sala de aula estar de acordo com as orientações ao ensino médio, a aplicação dos exercícios precisam também ser observada. Por mais tentadora que pareça ser para um sociólogo ensinar conteúdos abordando livremente toda a complexa rede de relações exigidas em estudos sociológico, é necessário lembrar que a carga horária de Sociologia não permite que os alunos tenham muito mais do que noções sociológicas e, portanto não possuem compreensão suficiente, salvo raras exceções, da disciplina para estabelecer uma análise com fundamentação teórica e rigor sociológico.

Em entrevista ao professor que acompanhou o estágio, este relatou acreditar que Sociologia deveria ser apresentada em todos os semestres do curso, dando a oportunidade de o aluno adquirir uma visão crítica da sociedade e compreender o processo de formação histórica dos pensamentos de diversos sociólogos.

Com relação aos conteúdos ministrados, ele observou que os alunos da EJA se interessam mais quando se trabalha questões voltadas para o cotidiano dos alunos, quando estes se reconhecem na temática, como, por exemplo, a questão do trabalho. Não pudemos verificar se há diferença no interesse porque durante as observações a temática executada era voltada para o trabalho.

O professor observou que as dificuldades encontradas dizem respeito, em especial, a aprendizagem de elementos mais teóricos percebendo que isso pode se dar devido ao tempo e dedicação do aluno para a leitura. Outra dificuldade apresentada refere-se ao contato entre os professores para troca de experiência. O professor afirma que não há grupos de estudos nas áreas de humanas e que a escola também não oferece nenhum curso voltado para formação continuada dos professores dessa área.

Apesar de observamos todas estas dificuldades apresentadas pelo professor, compreendemos que há muito mais. Como dito anteriormente, não existe plano de aula e o plano da disciplina sequer fora apresentado ao professor ou construído pelo mesmo. Outro fator que prejudica, com relação à preparação docente diz respeito a como o professor se sente com relação à disciplina. Ele afirmou em entrevista não se sentir apto, ainda que possua mestrado em sociologia, a abordar esta disciplina. No tocante a responsabilidade dos alunos, as observações condizem com as afirmações do professor; os alunos não lêem os conteúdos e se interessam muito mais pelas disciplinas das áreas tecnológicas, não compreendendo a utilidade dessa ciência social.

5. CONCLUSÃO

Percebemos que os alunos têm dificuldade com relação à compreensão do conteúdo, em especial ao dedicado à teoria. É necessário estimular a abstração, tendo em vista que o sistema educacional que preza pelo pensamento pronto, sem reflexão anterior, faz com que estes alunos se habituem a não exercitar a crítica. No entanto, é preciso atenção redobrada com a fixação dos conceitos e a forma como estes devem ser abordados.

A modalidade de educação para jovens e adultos ainda não é encarada pela comunidade acadêmica como uma ramificação do ensino médio e, portanto, como uma modalidade de ensino que precisa de debate e diagnósticos relacionados a metodologias direcionadas a este público. Como consequência observa-se a execução de conteúdo e utilização de didáticas incapazes de atender a toda esta demanda de indivíduos que estão a certo tempo afastados da escola e das práticas de ensino científico repassados em sala de aula.

A ainda recente a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no nível médio da educação básica dá certo ar de novidade e, portanto, de permissão a atitudes que podem resultar em reprodução de estereótipos. No entanto, as discussões acadêmicas direcionadas a este ensino na educação básica já ocorrem com certa regularidade apesar de não ter sido ainda totalmente absorvido pelas escolas. Referente a educação jovens e adultos a instituição apresentou uma fragilidade ainda maior visto que a aplicação é dada de acordo com critérios que o professor da disciplina acredite ser mais conveniente. É preciso rever estes questionamentos enquanto a adequação desta disciplina para o ensino médio ainda está sob olhar de todos.

6 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL, **Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Ministério da Educação. Brasília. 2006.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm>

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Ministério da Educação. 1996

BRASIL, **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio- Ciências Humanas e suas Tecnologias/ Secretaria de Educação Básica, Vol. 3-** Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais- Brasília: MEC/SEF, 1997.

Disponível em: < zinder.com.br/legislacao/pcn-fund.htm>

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Educação para Jovens e Adultos**.

Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >

BRZEZINSKI, Iria. LDB/ 1996: uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In.: _____. (org.) **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. – 2 ed. São Paulo: Cortez. 2008. p. 167-194

FERRREIRA, E.B et al. **A eja integrada a educação profissional no CEFET: avanços e contradições**.

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3196--Int.pdf>>

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. Coleção educação e comunicação. v.1

LABURU. C. E. ; ARRUDA, S. de M. Reflexões Críticas sobre as Estratégias Instrucionais Construtivistas na Educação Científica. **Rev. Bras. Ensino Fís.**[online]. 2002, vol.24, n.4, pp. 477-488. ISSN 1806-1117.

NOÉ, A. A relação educação e sociedade. In: ABDUCA, L. et al. **El cuerpo: territorio del poder**. Ediciones Pi.ca.so. 2003

Disponível em: http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=243

RIOS, T. A. Educação e Sociedade: Perspectiva política na prática educativa. In: _____. **Ética e competência**. São Paulo, ed.18, Cortez, 2008.